O Tratado Anglo-Holandês de 1824

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

As negociações

A disputa sobre Singapura era uma das várias questões que dividiam a Grã-Bretanha e os Países Baixos na Ásia após as Guerras Napoleônicas. Ambas as potências tinham interesse num acordo. A Grã-Bretanha queria Países Baixos estáveis e amistosos na Europa, como anteparo contra a França, ao passo que os holandeses queriam assegurar sua posição no arquipélago e limitar a concorrência britânica. As negociações, iniciadas em 1820, foram interrompidas por três anos e retomadas em 1823.

A posição holandesa mudou ao longo das negociações. Pesquisas nos arquivos holandeses mostraram que o negociador holandês, Anton Reinhard Falck, passou a considerar Singapura uma moeda de troca para obter concessões em outros pontos. Concluiu que renunciar a ela não representaria uma perda real para o império holandês.[1] O lado britânico foi representado por George Canning, o secretário do Exterior, e por Charles Williams-Wynn; o lado holandês, por Hendrik Fagel e Falck.[2]

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

O tratado foi assinado em Londres em 17 de março de 1824. O Reino Unido ratificou-o em 30 de abril de 1824 e os Países Baixos em 2 de junho de 1824, e a troca dos instrumentos de ratificação ocorreu em 8 de junho de 1824.[3]

O arranjo territorial

O tratado resolveu as questões territoriais por meio de uma permuta. A Grã-Bretanha cedeu aos Países Baixos o Fort Marlborough, em Bencoolen, e todas as suas possessões na ilha de Sumatra, comprometendo-se a não estabelecer ali novos postos nem celebrar tratados. Os Países Baixos cederam à Grã-Bretanha a cidade e o forte de Malaca e comprometeram-se a não estabelecer postos nem celebrar tratados na península Malaia.[4] Os Países Baixos retiraram sua oposição à ocupação britânica de Singapura, em troca do que a Grã-Bretanha aceitou o controle holandês da ilha de Billiton.[5]

A disposição sobre Singapura, o artigo 12 do tratado, transferiu a ilha para a esfera britânica sem descrever a base jurídica da presença britânica.[6] Os holandeses retiraram sua objeção sem reconhecer a validade do tratado de 1819. Para a Companhia, isso bastava. A questão do título jurídico do estabelecimento perante os governantes malaios ainda precisava ser resolvida localmente, tarefa que Crawfurd concluiu poucos meses depois.

Disposições comerciais

O tratado continha também disposições comerciais que refletiam as ideias de livre comércio da época. Os súditos de cada potência recebiam tratamento de nação mais favorecida nos territórios da outra na Índia britânica, no Ceilão e nas Índias Orientais, desde que obedecessem às normas locais.[7] As partes comprometeram-se a não estabelecer novos estabelecimentos sem a aprovação do governo europeu interessado e a agir em conjunto contra a pirataria.[8]

A cláusula sobre pirataria merece atenção à luz dos capítulos anteriores. Os povos do mar do arquipélago de Riau-Lingga, cuja lealdade outrora garantira a segurança dos portos malaios, estavam agora fora de qualquer ordem política efetiva. A pilhagem

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tornou-se uma ameaça séria ao comércio de Singapura nas décadas seguintes. Quando a repressão da pirataria passou a ser tarefa da marinha colonial, a segurança das rotas marítimas, antes um serviço prestado pelos governantes malaios por meio dos orang laut, tornou-se um bem público fornecido por uma potência imperial.

A fronteira através do mundo de Johor-Riau

O tratado demarcou oficialmente o que viria a ser a Malaia britânica (British Malaya) do que viria a ser as Índias Orientais Holandesas, ao longo de uma linha que se tornou uma fronteira internacional moderna.[9] Ela passava pelo estreito de Singapura e separava a península e Singapura das ilhas de Riau, dividindo o antigo sultanato de Johor-Riau numa metade britânica e numa metade holandesa. Os sultões rivais da disputa sucessória de 1812 viram-se em lados opostos da linha: Hussein sob proteção britânica em Singapura, Abdul Rahman sob proteção holandesa em Riau.

As consequências da fronteira ainda são visíveis. Singapura e o estado de Johor, na Malásia, ficam de um lado, a província indonésia das Ilhas Riau do outro. As relações econômicas através do estreito – a riqueza indonésia em Singapura, as zonas industriais de Batam e Bintan, os fluxos de pessoas e de capital – atravessam uma linha traçada por diplomatas europeus em Londres. A Parte I deste livro examina essas relações.

Notas

1. Peter Borschberg, "Dutch Objections to British Singapore, 1819–1824: Law, Politics, Commerce and a Diplomatic Misstep", *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 50, n. 4, dezembro de 2019 (resumo). ↩
2. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): negociadores Hendrik Fagel e Anton Reinhard Falck pelos Países Baixos, George Canning e Charles Williams-Wynn pelo Reino Unido. ↩
3. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): assinado em Londres em 17 de março de 1824; ratificado pelo Reino Unido em

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

30 de abril de 1824 e pelos Países Baixos em 2 de junho de 1824; ratificações trocadas em 8 de junho de 1824. ↩

4. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): a Grã-Bretanha cedeu "Fort Marlborough in Bencoolen and all British possessions on the island of Sumatra"; os Países Baixos cederam "the city and fort of Malacca", com compromissos recíprocos de não estabelecer postos nem celebrar tratados. ↩
5. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): os Países Baixos retiraram a oposição à ocupação britânica de Singapura; a Grã-Bretanha aceitou o controle holandês de Billiton. ↩
6. Borschberg, "Dutch Objections to British Singapore, 1819–1824", *Journal of Southeast Asian Studies*, v. 50, n. 4, dezembro de 2019 (resumo: transferência de Singapura para o controle britânico pelo artigo 12). ↩
7. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): tratamento de nação mais favorecida na Índia britânica, no Ceilão e nas Índias Orientais para os súditos que "obey local regulations". ↩
8. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026), sobre a proibição de novos estabelecimentos sem a aprovação do governo europeu e a ação conjunta contra a pirataria. ↩
9. Wikipedia, "Anglo-Dutch Treaty of 1824" (acesso em setembro de 2026): o tratado "demarcated British Malaya … from the Dutch East Indies", estabelecendo limites que se tornaram fronteiras internacionais modernas. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.